

19/11/80 - As primeiras semanas depois da minha volta para cá, passei em analisar os dados e escrever o relatório que devi ao BM. Para com os Mambí do Vale, recomendei, basicamente o "elefante" sem as pernas, uma vez que houver uma lei garantindo aos índios acesso e direitos de pescar no Guaporé. Enfatizei especialmente a necessidade de criar uma área para os wâikatésú, que idealmente seria contígua com a área hahaintésú. Também, recomendei que uma área ao longo da escarpa da chapada até o Piolhinho seja acrescentada à área Wasúsú, para incluir as cavernas e uma área para caçar; uma vez que índios não podem utilizar reservas florestais no Brasil, não há outro jeito senão ampliar a reserva. Também sugeri que a área âlantésú seja aumentada para incluir áreas onde caçam e águas não poluídas. Ainda temo, entretanto, que estas coisas sejam feitas para satisfazer os elementos pró-índio sem que seja feito nada para mais 8.000 índios na área de influência. É muito importante que o público seja informado do tamanho do problema.

29/12/80 - Depois houve outro jogo com o BM. No fim de novembro soube que a circulação do meu relatório foi restrito a três ou quatro pessoas, e que outro relatório, escrito por integrante do BM, seria o relatório oficial da nossa missão. Este relatório sistematicamente desvrituou os dados que forneci e ignorou as minhas conclusões. Dei uma bronca por telefone e por escrito, dirigindo-me até lá em cima.

Então, no começo de dezembro, houve a reunião anual da American Anthropological Association, em Washington. Faz como oito anos que não assisto a estas reuniões, mas desta vez fui. Houve uma moção advertindo o BM de que não deve prosseguir com o negócio a menos que sejam tomadas três qualidades de providências: que sejam feitas, com antecedência, reservas adequadas para todos os grupos; que seja proporcionada assistência médica competente; e que o trabalho seja planejado e avaliado continuamente por um grupo de pessoas honestas e competentes a ser escolhidas pelo BM. Falei a favor da moção, e ela foi aceita por unanimidade.

De acordo com as informações mais recentes, estas medidas tiveram um efeito no BM. Como supus, a questão foi considerada como fechada, e a minha contratação como consultante era meramente pro mundo ver. Mas aparentemente, a questão agora tornou-se real, e o BM percebe que as consequências de fazer a decisão eri

errada seria uma propaganda extremamente desfavorável.

09/02/81 - Sobre o meu relatório: mostrei com extrema clareza que o programa elaborado pelo órgão competente não é adequado às necessidades reais e provavelmente seria contraproducente, e que o órgão não é, de fato, competente. O BM suprimiu a circulação interna do meu relatório, e agora está tentando dar a impressão que vai promover a implementação das minhas sugestões. O fato é que não fiz sugestões nenhuma; só mostrei ligeiramente o tipo de coisa que deve ser feita em vez das propostas irreais do plano que avaliei. Insisti, e insisto, que eu não sou competente para fazer recomendações depois de passar apenas seis dias na área, e que é o Silbene que deve ser consultado para as suas recomendações relevantes ao V do G; e que o V só contém menos de 05% da população indígena da área de influência, e tem que haver planos detalhados e adequados às necessidades reais para todas as pessoas. (Ver a moção aprovada pela American Anthropological Association).

...

Recomendei que seja feita reserva para os Mamaindê com o tamanho e forma da área delimitada. Não fiz recomendação formal com respeito aos Mamaletó (que imagino ser os "Lacondê" do Córrego capivara) porque as minhas atribuições não se estenderam dos limites do Vale. Entretanto, fui consultado a respeito em BSB e recomendei que o caso seja estudado com muito cuidado. Os Waikanã querem terras onde estão agora, ou assim, pelo menos, diz o homem que serve como o seu líder, embora muito ligado ao Jorge, é difícil dizer se leva mais em consideração o bem-estar do grupo ou interesse pessoal (pois acontece isto entre os índios também, n'ê?). De qualquer maneira, os Waikanã dizem, pela pessoa deste líder, que o pequeno grupo Mambi fica dentro da área que seria a sua reserva. Orientei a Funai no sentido contrário-- que tudo mostra que os Aikanã estão numa região tradicional dos Mambi, mudados ali pelo Incra. Enquanto o Jorge fica, a situação ficará bagunçada.

NOTA : O Jorge Falca é um capataz rural que trabalhava antes no P.I. Toleiri, Mambiquara do Morte, perto de Vilhena. Foi a pessoa que fez contato com esse grupo Lacondê - mamaletó- e que ficou encarregado do grupo, quando este passou para a DR de Porto Velho, em 1977 ou 1978.

11/04/81 - ... o BM está promovendo uma concorrência entre a UnB e a Fundação João Pinheiro ... para desenvolver uma programa para avaliar o projeto Polonoroeste. Tal plano de avaliação teria que ver com todos os aspectos, incluindo, entre outros, os efeitos na população indígena. Segundo o boato, na UnB o Roque Laraia seria encarregado deste aspecto. Os lances devem ser entregues ao BM até junho. Agora: é verdade esta notícia? Isto seria a única avaliação dos trabalhos da Funai? Roque acha que pode fazer isto sozinho, no tempo livre das suas atribuições pela UnB? Como que o BM escolherá entre os planos apresentados pela UnB e a F.J.P.? Vai escolher o mais barato? Vai escolher o plano que protege melhor aos índios? Seria bom vocês mexer um pouco com isto antes do BM apresentar-nos com fato cumprido.

De acordo com as primeiras notícias, esta concorrência resultaria num contrato para substituir aquele negócio sujo entre a Funai e a Universidade Católica de Goiás. Entretanto, recibo agora a notícia de que um contrato entre a Funai e a Universidade Cat. Goiás foi firmado dia 6 de abril, embora feito de tal maneira que os mambiquara não foram incluídos. Será que é verdade isto?

Outra notícia: O BM agora apóia a ideia de que haverá um grupo de índios das tribos afetadas para fazer uma avaliação contínua dos trabalhos da Funai na área. Aparentemente a Funai escolheria os índios a servir nesta comissão. O representante do BM não mostrou-se favorável a representação por antropólogos brasileiros nem membros do CIMI. Muito perigoso isto. Se haverá uma comissão composta de índios, ela tem que ser escolhida pelos próprios índios e não pela Funai. O primeiro passo seria achar os índios. Muitos índios de Rondônia são dispersados pelo cataclismo que já tem sofrido. Não é adequado manter que os únicos índios da região são aqueles que por acaso moram nos PI da Funai. O segundo passo é identificar as unidades sociais nas quais os índios vivem. Os "tribos" Mambiquara, Pareci, Cinta Larga e Pacas Novo, por exemplo, são unidades sociais imaginadas pela sociedade brasileira, e não tem absolutamente nada a ver com as unidades sociais dos nativos. O terceiro passo é cada unidade social nativa escolher o seu próprio representante, de acordo com o seu sistema político tradicional. Isto é, por consenso entre adultos para os Mambiquara, e provavelmente para as

outras sociedades da região também. A menos que forem observadas estas medidas, a comissão não representará os índios, e não merece apoio. Mas ainda assim, sabemos que os índios não tem a habilidade para lidar com a sociedade envolvente em defesa dos seus próprios interesses -- é em reconhecimento deste fato que os índios são mantidos como "relativamente incapazes" perante a lei. Por isto, qualquer comissão permanente para avaliar o tratamento dos índios na área tem que contar também com civilizados dedicados ao seu bem estar. Tais pessoas devem ser nomeadas pela AEA, a SBI e o CIMI. A comissão deve ter uma verba direitada do BM ( e não via Funai), adequada para mais ou menos 6 membros dedicar-se em tempo integral ao assunto -- pois a área inclui mais de 30 tribos, a maioria pouco conhecidas.

De acordo com as informações que eu tenho, US\$20 milhões será gasto nos índios da região ao longo de 5 anos. Mas mãos da Funai, isto é bastante dinheiro para acabar com todos os índios de uma vez.

Acho o artigo do Perantim muito bom. De fato, a Maritta Koch-Weser não é qualificada (ela formou-se estudando a religião na sociedade complexa (civilizada), e a tarefa visada pelo BM requer especialista em ecologia e organização social na sociedade tribal), e há uma questão da sua capacidade de ficar desinteressada uma vez que ela é casada com brasileiro.